

Começam a ser votadas as normas para o orçamento da União em 90

por Marcos Magalhães
de Brasília

Começa às 10 horas de hoje, no plenário da comissão mista de orçamento do Congresso Nacional, a primeira batalha parlamentar em torno da implantação de um regime de austeridade monetária no início do mandato do próximo presidente da República. Entra em votação o substitutivo apresentado pelo deputado José Serra (PSDB-SP) ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, que fixa as normas a serem seguidas na elaboração do orçamento da União para 1990.

O substitutivo de Serra é rígido: proíbe dotações superfluas, como as destinadas à aquisição de mobiliário para imóveis funcionais e à aquisição e manutenção de veículos de representação, estabelece limites aos gastos com pessoal e restringe a concessão de incentivos fiscais. Para ser aprovado, contudo, o texto ainda passará por uma longa sessão de votações. Foram apresentados mais de 170 destaques, boa parte dos quais destinada a suavizar a proposta do deputado.

"As chances de aprovação do substitutivo são razoáveis", aposta José Serra. "Existem apenas pequenas resistências, que, somadas, podem render algum problema", admite. Alguns dos destaques para votação em separado dirigem-se exatamente aos pequenos cortes imaginados pelo relator para servir como modelo.

A oposição ao artigo quinto do substitutivo, que proíbe despesas com aquisição e manutenção de



José Serra

veículos oficiais — excluídos os destinados ao presidente da República, aos presidentes da Câmara e do Senado, aos ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal e aos presidentes dos Tribunais Superiores —, é um bom exemplo. Insatisfeitos com a obrigatoriedade de pagar do próprio bolso as contas da manutenção dos carros que usam, apresentaram destaque para votação em separado do artigo os deputados Paes Landim (PFL-PI) e Nilson Gibson (PMDB-PE), além do senador Chagas Rodrigues (PSDB-PI).

A contenção de despesas com o pagamento de pessoal une ainda mais parlamentares, da direita à esquerda. Segundo o substitutivo de Serra, esses gastos não terão aumento superior à variação do índice oficial da inflação, em relação aos créditos correspondentes no orçamento de 1989, respeitado ainda o limite constitucional que restringe a 65% das receitas correntes as despesas com pessoal. Estão contra a iniciativa os deputados Paes Landim, Irma Passo-

ni (PT-SP) e Luís Salomão (PDT-RJ), além do senador Almir Gabriel (PMDB-PA).

A força das bancadas das regiões Norte e Nordeste também pode ameaçar a aprovação do inciso II do artigo 36 do substitutivo, que determina a redução, em pelo menos 50%, dos incentivos fiscais. O cálculo leva em conta a dotação estipulada para 1989, atualizada pelo índice oficial de inflação. O senador Chagas Rodrigues e o deputado Arnaldo Prieto (PFL-RS) assinaram destaques para votação em separado do dispositivo.

Sob ameaça de corte, figura, por outro lado, um inovador artifício utilizado por Serra: a limitação dos gastos públicos, até 15 de março de 1990, a um sétimo de cada despesa prevista. O deputado Furtado Leite (PFL-CE) deseja afastar esta camisa-de-força do presidente José Sarney.

Mais do que em qualquer outro momento da sessão desta quarta-feira, durante a votação deste destaque estará em jogo a capacidade do futuro ocupante do Palácio do Planalto de comandar as combalidas finanças públicas do País.